



Artículo Original

# Competências profissionais do Terapeuta Ocupacional na Intervenção Precoce na Infância: Diretrizes e Práticas Recomendadas

Competencias Profesionales del Terapeuta Ocupacional en la Atención Temprana en la Infancia: Directrices y Prácticas Recomendadas

Professional Competencies of the Occupational Therapist in Early Childhood Intervention: Guidelines and Recommended Practices

**Maria Izabel Alves Felix da Silva <sup>1</sup>, Patrícia Carla de Souza Della Barba <sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestre em Terapia Ocupacional – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil  
Doutoranda em Terapia Ocupacional – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil  
Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil  
<http://www.researcherid.com/rid/OJU-2180-2025>  
<https://orcid.org/0000-0002-9734-0575>  
[mariaizabel.afelix@gmail.com](mailto:mariaizabel.afelix@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil  
Professora Associada do curso de graduação em Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-graduação em  
Terapia Ocupacional (UFSCar)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, Brasil  
<http://www.researcherid.com/rid/E-4461-2016>  
<https://orcid.org/0000-0002-7893-8133>  
[patriciaabarba@ufscar.br](mailto:patriciaabarba@ufscar.br)

**Resumo:** A Intervenção Precoce na Infância tem se consolidado como um campo orientado pela centralidade da família e pelo reconhecimento da relevância das experiências vividas nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, a Terapia Ocupacional desempenha papel estratégico ao promover a participação da criança em ocupações significativas, integradas às rotinas familiares e aos ambientes naturais. Este artigo analisa criticamente o desenvolvimento profissional e competências interdisciplinares do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância, segundo referenciais teóricos e normativos nacionais e internacionais, discutindo as competências requeridas para práticas recomendadas e centradas na família e baseadas em evidências. Destacam-se competências como raciocínio clínico, ética, sensibilidade cultural, colaboração intersetorial e reflexão crítica. A análise evidencia que, apesar da convergência normativa, persistem desafios relacionados à formação profissional, à fragmentação dos serviços e às condições institucionais de trabalho. Conclui-se que a efetividade das intervenções depende da adaptação crítica das diretrizes internacionais aos contextos locais e do fortalecimento contínuo das competências profissionais, ampliando a contribuição da Terapia Ocupacional para o desenvolvimento infantil e o bem-estar das famílias.

**Palavras-chave:** Intervenção precoce; Terapia ocupacional; Competências profissionais; Desenvolvimento profissional; Reflexão teórica.

Recibido: 30/09/2025  
Aceptado: 17/02/2026  
Publicación: 24/03/2026

**Resumen:** La Atención Temprana en la Infancia se ha consolidado como un campo orientado por la centralidad de la familia y por el reconocimiento de la relevancia de las experiencias vividas en los primeros años de vida para el desarrollo infantil. En este contexto, la Terapia Ocupacional desempeña un papel estratégico al promover la participación del niño en ocupaciones significativas, integradas en las rutinas familiares y en los entornos naturales. Este artículo analiza de forma crítica el desarrollo profesional y las competencias interdisciplinarias del terapeuta ocupacional en la Atención Temprana en la Infancia, a partir de referentes teóricos y normativos nacionales e internacionales, discutiendo las competencias requeridas para prácticas centradas en la familia y basadas en la evidencia. Se destacan competencias como el razonamiento clínico, la ética, la sensibilidad cultural, la colaboración intersectorial y la reflexión crítica. El análisis evidencia que, a pesar de la convergencia normativa, persisten desafíos relacionados con la formación profesional, la fragmentación de los servicios y las condiciones institucionales de trabajo. Se concluye que la efectividad de las intervenciones depende de la adaptación crítica de las directrices internacionales a los contextos locales y del fortalecimiento continuo de las competencias profesionales, ampliando la contribución de la Terapia Ocupacional al desarrollo infantil y al bienestar de las familias.

**Palabras Claves:** Atención temprana; Terapia ocupacional; Competencias profesionales; Desarrollo profesional; Reflexión teórica.

**Abstract:** Early Childhood Early Intervention has been established as a field guided by family-centeredness and by the recognition of the relevance of experiences lived in the first years of life for child development. In this context, Occupational Therapy plays a strategic role by promoting the child's participation in meaningful occupations, integrated into family routines and natural environments. This article critically analyzes the professional development and interdisciplinary competencies of occupational therapists in Early Childhood Early Intervention, based on national and international theoretical and normative frameworks, discussing the competencies required for family-centered and evidence-based practices. Competencies such as clinical reasoning, ethics, cultural sensitivity, intersectoral collaboration, and critical reflection are highlighted. The analysis shows that, despite normative convergence, challenges related to professional training, service fragmentation, and institutional working conditions persist. It is concluded that the effectiveness of interventions depends on the critical adaptation of international guidelines to local contexts and on the continuous strengthening of professional competencies, thereby expanding the contribution of Occupational Therapy to child development and family well-being.

**Keywords:** Early Intervention; Occupational Therapy; Professional Competence; Professional Development; Critical Thinking.

## 1. Introdução

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) passou de um modelo focado no diagnóstico e na correção de déficits da criança para uma abordagem centrada na família, na qual pais e cuidadores assumem um papel ativo em parceria com os profissionais (McWilliam, 2010). Essa mudança ampliou o apoio às famílias, direcionando a intervenção para o enfrentamento de fatores de risco que impactam o desenvolvimento infantil (Jaramillo & Gràcia-Cueto, 2022; Cueto et al., 2022).

Evidências do neurodesenvolvimento indicam que os primeiros anos de vida constituem uma fase decisiva, marcada pela elevada plasticidade cerebral, sendo reconhecida como uma “janela de oportunidades” para promover mudanças significativas nas trajetórias do desenvolvimento. As práticas de Intervenção Precoce na Infância (IPI), fundamentadas em modelos teóricos e empíricos, consideram a interação entre fatores genéticos e contextuais nesse processo.

Nesse cenário, contribuições científicas de países como Brasil, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Irlanda têm fortalecido a Intervenção Precoce, apoiando políticas públicas, qualificando a atuação profissional e ampliando o suporte às famílias, com foco no bem-estar e na qualidade de vida das crianças (Rozek & Serrano, 2020).

A intervenção precoce compreende um conjunto de práticas voltadas a crianças com risco ou atraso no desenvolvimento, sendo essencial para o desenvolvimento integral da criança e para a promoção da participação familiar nas rotinas diárias (Edwards et al., 2003). A terapia ocupacional destaca-se nesse contexto ao adotar uma abordagem centrada na família, atuando como facilitadora da

participação da criança em atividades significativas, especialmente em ambientes naturais como o lar e a comunidade.

A organização dos serviços tem incorporado modelos interdisciplinares e transdisciplinares. O Livro Blanco de la Atención Temprana (Grupo de Atención Temprana, 2005) consolidou o consenso científico na Espanha sobre prevenção e intervenção precoce, tornando-se referência para o planejamento e organização dos serviços, ao enfatizar diagnóstico precoce, intervenções rápidas e apoio às famílias, bem como o papel das associações de pais e profissionais.

Enquanto as equipes interdisciplinares reúnem diferentes especialidades, os modelos transdisciplinares promovem o compartilhamento de saberes e papéis, favorecendo uma atuação integrada, horizontal e alinhada às Práticas Centradas na Família (Della Barba, 2020). Essa abordagem busca responder de forma abrangente às necessidades das crianças e de seus contextos familiares (Carpenter, 2007), sendo amplamente reconhecida como prática recomendada na atenção precoce pela sua efetividade e pela articulação entre profissionais (Bruder, 2000; Guralnick, 2001).

A competência profissional é entendida como um conceito dinâmico que integra conhecimentos teóricos, práticas baseadas em evidências e uma postura ética e colaborativa (Le Boterf, 2002; Oswald, 2009). Contudo, a diversidade de formações acadêmicas dos profissionais constitui um desafio, tornando a formação continuada essencial para uma prática centrada na família (Brito et al., 2015; Moore, 2011; Carvalho et al., 2016).

No campo da Terapia Ocupacional, a competência profissional é concebida como uma prática que articula conhecimentos teóricos, princípios éticos, capacidades relacionais e atenção à diversidade cultural, manifestando-se por meio de uma atuação reflexiva, cooperativa e orientada para a justiça ocupacional e o desenvolvimento profissional permanente (Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais, 2018; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2010). Essa compreensão ampliada de competência converge com as demandas da Intervenção Precoce na Infância, que requer profissionais adaptáveis, éticos, capazes de trabalhar em colaboração e comprometidos com a promoção dos direitos das crianças e de suas famílias.

Especificamente no contexto da IPI, a competência é entendida como a mobilização integrada de saberes, habilidades e atitudes que fundamentam o trabalho conjunto entre profissionais, famílias e comunidades, visando à melhoria dos resultados das crianças em ambientes naturais e inclusivos (Bruder et al., 2019). Nesse sentido, a American Occupational Therapy Association (American Occupational Therapy Association, 2016) destaca que a competência profissional envolve a adoção de práticas baseadas em evidências, a centralidade da família no processo interventivo, o respeito à diversidade cultural, o compromisso ético e a avaliação contínua dos efeitos da intervenção.

No campo da Terapia Ocupacional, as Práticas Centradas na Família constituem um referencial consolidado que orienta a atuação profissional ao reconhecer a família como unidade central do cuidado, considerando suas necessidades, prioridades, rotinas, hábitos e crenças (Della Barba, 2020). Alinhada a essa abordagem, a American Occupational Therapy Association destaca a importância da coerência entre os fundamentos teóricos da in-

tervenção precoce, a prática profissional e o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais envolvidos (Whipple, 2014).

A literatura enfatiza que a colaboração entre terapeuta ocupacional, família e equipe interdisciplinar é essencial para a efetividade da intervenção precoce. A atuação do terapeuta ocupacional ultrapassa o foco no desempenho isolado de habilidades, incorporando o contexto familiar, cultural e ambiental, por meio de estratégias como a observação do brincar, a análise das rotinas familiares e a adaptação de atividades cotidianas para promover autonomia e desenvolvimento integral (Edwards et al., 2003).

No contexto brasileiro, estudos apontam desafios na implementação de práticas integradas aos ambientes familiar e comunitário, bem como na consolidação de modelos interdisciplinares efetivos (Della Barba, 2020; Marini & Della Barba, 2020; Silva, 2022). Pesquisas nacionais destacam a importância da articulação entre terapeutas ocupacionais, cuidadores, fonoaudiólogos e fisioterapeutas para potencializar os resultados no desenvolvimento infantil (Silva et al., 2020), além do uso de guias de intervenção precoce como suporte à elaboração de planos terapêuticos centrados nos valores, expectativas e capacidades das famílias (Oliveira et al., 2020).

Entretanto, a organização fragmentada das políticas e serviços de Intervenção Precoce no Brasil impacta a formação e a prática profissional, favorecendo a manutenção de modelos tradicionais e pouco colaborativos, o que gera lacunas na formação inicial e continuada e dificulta a adoção de práticas alinhadas aos princípios da Intervenção Precoce em práticas recomendadas com Práticas Centradas na Família (Silva, Marini & Della Barba, 2022).

Nesse cenário, a atuação do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância assume papel estratégico nos modelos interdisciplinares e transdisciplinares, contribuindo para o desenvolvimento infantil e o bem-estar familiar por meio de práticas integradas, contextualizadas e sensíveis às demandas das famílias.

O desenvolvimento profissional do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância é sustentado por documentos normativos e referenciais teóricos que orientam a prática, a formação e a ética profissional. Destacam-se o Occupational Therapy Practice Framework: Domain & Process (OTPF) (American Occupational Therapy Association, 2014a; 2020) e o Enquadramento das Práticas da Terapia Ocupacional (EPTO) (Associação Portuguesa, 2018; Gomes, Teixeira & Ribeiro, 2021), que descrevem o domínio e o processo da Terapia Ocupacional, oferecendo uma base conceitual comum para o raciocínio clínico, a tomada de decisão e a comunicação profissional, fundamentada na compreensão da pessoa como ser ocupacional.

No contexto da Intervenção Precoce, essa perspectiva legítima a atuação do terapeuta ocupacional desde os primeiros anos de vida, reconhecendo as ocupações cotidianas da criança como brincar, alimentar-se, comunicar-se e participar das rotinas familiares como meios e objetivos terapêuticos, integrando o contexto familiar e ambiental ao processo de intervenção.

Os princípios da Intervenção Precoce sistematizados por Whipple (2014), bem como os princípios de práticas efetivas em ambientes naturais traduzidos para o português do Brasil por Silva (2026), organizam intervenções reconhecidas como eficazes, enfatizando a aprendizagem nas rotinas di-

árias, a centralidade da família e o foco em resultados funcionais significativos, em consonância com os fundamentos da Terapia Ocupacional.

As orientações da American Occupational Therapy Association para a Intervenção Precoce (American Occupational Therapy Association, 2014b) e documentos correlatos (Associação de Terapia Ocupacional, 2010a, 2010b, 2014b, 2016), juntamente com os Initial Practice-Based Professional Preparation Standards for Early Interventionists/Early Childhood Special Educators – EI/ECSE (Divisão de Primeira Infância, 2020), traduzidos por Silva e Della Barba (2024), reforçam a necessidade de práticas éticas, colaborativas, culturalmente responsivas e baseadas em evidências para profissionais que atuam com crianças de zero a oito anos e suas famílias.

De forma integrada, esses referenciais delineiam um conjunto de competências que engloba conhecimento técnico-científico, habilidades práticas, atitudes éticas, colaboração interdisciplinar e aplicação consistente de evidências científicas. Embora o Occupational Therapy Practice Framework: Domain & Process ofereça fundamentos essenciais para a formação generalista, a atuação qualificada na Intervenção Precoce na Infância exige competências específicas, especialmente em práticas centradas na família, intervenção em ambientes naturais e trabalho interdisciplinar, conforme os princípios da Intervenção Precoce (Whipple, 2014).

A análise dos referenciais evidencia convergência quanto à centralidade das práticas centradas na família, à atuação em ambientes naturais de aprendizagem e à valorização de intervenções baseadas em evidências. Contudo, também revela tensões entre as diretrizes normativas e sua operacionalização na prática cotidiana, especialmente

em contextos institucionais marcados por restrições de recursos, formação especializada insuficiente e diversidade sociocultural.

Embora os documentos descrevem competências profissionais amplas como raciocínio clínico, ética, colaboração interdisciplinar e sensibilidade cultural, observa-se que tais competências nem sempre são plenamente desenvolvidas na formação generalista do terapeuta ocupacional, o que reforça a necessidade de processos contínuos e específicos de desenvolvimento profissional voltados à Intervenção Precoce na Infância. O Occupational Therapy Practice Framework: Domain & Process (OTPF) (American Occupational Therapy Association, 2014a; 2020) e o Enquadramento das Práticas da Terapia Ocupacional (EPTO) (Associação Portuguesa, 2018; Gomes, Teixeira & Ribeiro, 2021) fundamentam-se na concepção da pessoa como ser ocupacional, destacando a relação entre ocupação, saúde, bem-estar e participação ao longo do ciclo de vida. No contexto da Intervenção Precoce na Infância, essa perspectiva legítima a atuação do terapeuta ocupacional desde os primeiros anos, reconhecendo as ocupações cotidianas da criança como meios e objetivos terapêuticos.

Os princípios da Intervenção Precoce (Whipple, 2014; Silva, 2026) reforçam a centralidade da família, a aprendizagem mediada pelas rotinas diárias, a intervenção em ambientes naturais e o foco em resultados funcionais, em consonância com as práticas contemporâneas da Terapia Ocupacional. Complementarmente, os padrões de formação profissional descritos pela Division for Early Childhood (2020; 2024), eles delineiam competências essenciais para a atuação qualificada, incluindo conhecimento técnico-científico, habilidades práticas, atitudes éticas, colaboração interdisciplinar, sensibilidade cultural e uso consistente de evidências científicas.

Embora o Occupational Therapy Practice Framework: Domain & Process ofereça fundamentos essenciais para a formação do terapeuta ocupacional, a prática qualificada na Intervenção Precoce na Infância exige competências específicas que extrapolam a formação generalista, particularmente no que se refere às práticas recomendadas e centradas na família, à intervenção em ambientes naturais e ao trabalho interdisciplinar e transdisciplinar (Whipple, 2014).

De forma integrada, os documentos analisados configuram um ecossistema de desenvolvimento profissional que sustenta tanto a formação inicial quanto o aprimoramento contínuo do terapeuta ocupacional, contribuindo para a consolidação de práticas alinhadas às recomendações contemporâneas em Intervenção Precoce na Infância.

Este ensaio teve como objetivo analisar criticamente as competências profissionais do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância, segundo os referenciais teóricos e normativos nacionais e internacionais, com ênfase nas práticas recomendadas centradas na família e em suas condições reais de implementação no contexto brasileiro. As reflexões apresentadas derivam da dissertação de mestrado (2022) e de um recorte do Estudo 2 da tese de doutorado (2026) da primeira autora, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil.

## 2. Método

O estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo, baseado em análise documental e análise secundária de dados empíricos qualitativos, orientado pelos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). O objetivo foi organizar e interpretar criticamente referenciais teóricos, normativos e empíricos sobre a atuação do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância, sem pretensão de esgotar a produção científica do campo.

Foram analisados documentos selecionados segundo dois critérios: (a) relevância institucional e normativa para a Terapia Ocupacional e Intervenção Precoce na Infância, incluindo produções de organizações internacionais e estudos brasileiros; (b) pertinência ao campo da primeira infância, com ênfase em práticas recomendadas centradas na família, intervenção em ambientes naturais e adoção de evidências científicas. A análise considerou os documentos como produções sociais situadas (Cellard, 2008; Bowen, 2009) e seguiu as etapas da Análise de Conteúdo: pré-análise, exploração do material e interpretação (Bardin, 2011). Complementarmente, foram incorporados dados empíricos de um estudo qualitativo com terapeutas ocupacionais pós-graduados em Intervenção Precoce na Infância (Silva, 2026), voltado à identificação de competências interdisciplinares emergentes. Os dados foram organizados em dois eixos: (1) caracterização sociodemográfica, formativa e profissional dos participantes; (2) análise das práticas profissionais de acordo com referenciais internacionais sobre competências. Esses dados tiveram função complementar, aprofundando a análise teórico-reflexiva, sem pretensão de apresentar resultados empíricos exaustivos.

A análise desenvolveu-se em dois níveis: descrição sistemática de documentos normativos, referenciais teóricos e eixos analíticos do estudo empírico; seguida de interpretação crítico-reflexiva das categorias emergentes, articulando-as à literatura científica e à pesquisa qualitativa em saúde e educação (Minayo, 2014; Demo, 2000), problematizando aplicabilidade, limites, contradições e possibilidades de adaptação a contextos institucionais e socioculturais.

Os referenciais analisados evidenciam convergência normativa quanto às práticas recomendadas centradas na família, atuação em ambientes naturais de aprendizagem e valorização de intervenções baseadas em evidências. Contudo, observa-se tensão entre diretrizes e prática, especialmente em contextos com recursos limitados, formação especializada insuficiente e elevada diversidade sociocultural. Apesar de competências amplas delineadas como raciocínio clínico, ética, colaboração interdisciplinar e sensibilidade cultural, estas nem sempre são contempladas na formação generalista, reforçando a necessidade de desenvolvimento profissional contínuo, capaz de sustentar a tradução de princípios normativos em práticas contextualizadas e consistentes, considerando as especificidades do trabalho com bebês, crianças, a centralidade da família e a complexidade do trabalho interdisciplinar e transdisciplinar em ambientes naturais de aprendizagem.

A integração dos referenciais analisados evidencia, de forma articulada: (a) a consolidação das práticas recomendadas centradas na criança e na família como eixo estruturante da Intervenção Precoce na Infância, ainda que sua implementação dependa de fatores institucionais, políticos, organizacionais e culturais; (b) a definição de competências profissionais que extrapolam a formação inicial, exigindo qualificação específica e desenvolvi-

mento profissional contínuo; (c) desafios recorrentes na articulação entre diretrizes normativas, condições reais de trabalho e diversidade dos contextos de intervenção.

A partir dessa análise, foram sistematizados sete princípios operacionais orientadores de práticas efetivas em Intervenção Precoce na Infância, derivados de documentos da American Occupational Therapy Association e organizados a partir das contribuições de Whipple (2014) traduzido para o português brasileiro por Silva (2026), em diálogo com os fundamentos da Terapia Ocupacional: Integrar o aprendizado ao cotidiano da criança; Apoiar os cuidadores como agentes principais do desenvolvimento; Trabalhar com os cuidadores como principais agentes de intervenção; Personalizar a intervenção; Estabelecer metas funcionais; Designar um provedor principal com apoio da equipe; Basear a prática em evidências científicas. Essa sistematização evidencia que o desenvolvimento profissional do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce vai além da aquisição de conhecimentos técnicos, englobando reflexão ética, adaptação aos contextos reais de prática e aprimoramento contínuo. Tais dimensões sustentam uma prática ocupacional eficaz, responsável e contextualizada, alinhada aos marcos teóricos e normativos que orientam o campo da Intervenção Precoce na Infância.

### 3. Resultados e Discussão

Os referenciais normativos internacionais apresentam elevada convergência conceitual quanto aos princípios da Intervenção Precoce na Infância, entretanto, essa convergência não garante a operacionalização efetiva das diretrizes na prática cotidiana dos serviços. A atuação do terapeuta ocupacional na IPI visa promover a função, participação e desenvolvimento infantil, atuando em

parceria com as famílias nas ocupações do cotidiano, incluindo atividades de vida diária, descanso e sono, brincadeira, educação e participação social. O foco central é fortalecer a capacidade familiar para apoiar o desenvolvimento da criança, promovendo participação ativa em ambientes naturais de aprendizagem.

Esse enfoque implica um reposicionamento do terapeuta ocupacional, que deixa de ser o principal agente da intervenção para atuar como facilitador dos processos de aprendizagem e participação mediados pela família. Apesar das diferenças nos modelos de serviços e financiamento, os princípios fundamentais da prática permanecem consistentes.

Entretanto, a consolidação desses princípios em documentos normativos não assegura sua implementação efetiva, especialmente em contextos com limitações institucionais, fragmentação dos serviços e insuficiência de recursos, evidenciando uma distância persistente entre normas e prática profissional. Os princípios da Intervenção Precoce sistematizados por Whipple (2014) e traduzidos para o contexto brasileiro por Silva (2026) reforçam a aprendizagem mediada pelas rotinas cotidianas, a centralidade da família como principal agente do desenvolvimento infantil e a definição de resultados funcionais e significativos para a criança e sua família.

A incorporação efetiva desses princípios exige transformações nos modelos de formação profissional, na organização dos serviços e nas práticas institucionais, nem sempre sistemáticas. Isso evidencia um deslocamento do modelo de intervenção centrado na atuação direta com a criança para práticas sistêmicas, relacionais, participativas e integradas às rotinas familiares, destacando o

desenvolvimento profissional do terapeuta ocupacional como eixo importante para a efetivação das diretrizes normativas.

A integração entre os referenciais oferece um enquadramento sólido para o desenvolvimento profissional, consolidando identidade profissional, raciocínio centrado na ocupação e alinhamento com práticas recomendadas e baseada em rotinas. Contudo, a complexidade das competências exigidas indica que a formação generalista em Terapia Ocupacional é insuficiente para sustentar práticas avançadas de IPI centradas na família, tornando indispensável formação continuada, especialização e supervisão.

No contexto brasileiro, estudos de Marini (2017), Marini e Barba (2020) Silva, Marini e Della Barba (2022) e Silva (2026) evidenciam que, apesar dos avanços normativos, persistem desafios relacionados à fragmentação dos serviços, predominância de modelos biomédicos e fragilidade das políticas públicas voltadas à primeira infância. Essas limitações estruturais ultrapassam a atuação individual do profissional e refletem desafios na organização dos sistemas de saúde, educação e assistência social.

Assim, embora haja ampla convergência normativa quanto aos princípios e competências esperadas do terapeuta ocupacional na IPI, permanecem lacunas significativas entre o discurso normativo e a prática profissional cotidiana, particularmente no contexto brasileiro. A identificação dessa convergência não visa apenas sintetizar recomendações, mas evidenciar padrões recorrentes que configuram expectativas compartilhadas sobre o papel profissional, a organização dos serviços e os resultados esperados das intervenções.

Os referenciais normativos da Intervenção Precoce na Infância podem ser sistematizados em

cinco princípios centrais. A centralidade da família destaca seu papel como parceira essencial na avaliação, no planejamento e na implementação das intervenções, reconhecendo-a como agente ativo no desenvolvimento da criança. A promoção da participação infantil enfatiza a importância de engajar a criança em atividades significativas do cotidiano, garantindo que a aprendizagem seja relevante e funcional. A valorização de contextos naturais e inclusivos de intervenção reforça que a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz em ambientes familiares e comunitários, integrando a intervenção à vida diária. A colaboração interdisciplinar evidencia que a prática integrada com outros profissionais favorece resultados consistentes e ampliados. Por fim, a prática baseada em evidências orienta que decisões clínicas devem fundamentar-se em dados, literatura científica e experiência profissional, garantindo intervenções eficazes e contextualizadas.

Apesar da diversidade de modelos de serviços e formas de financiamento, os princípios fundamentais que orientam a atuação do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância permanecem consistentes, destacando a promoção da participação infantil, a centralidade da família e a adoção de práticas baseadas em evidências.

No entanto, o consenso normativo não garante sua tradução automática em práticas efetivas. Em contextos com fragilidade institucional, formação insuficiente ou serviços fragmentados, tais princípios permanecem no plano prescritivo, gerando uma distância entre o que é recomendado e o que é viável na prática cotidiana.

Os princípios-chave da Intervenção Precoce e práticas eficazes em ambientes naturais (Whipple, 2014; Silva, 2026) constituem referencial central para a organização de intervenções em ambientes

naturais e inclusivos, alinhando-se aos fundamentos da Terapia Ocupacional. Mais do que orientações operacionais, eles representam uma mudança paradigmática, deslocando o foco da atuação direta sobre a criança para práticas mediadas pelas relações familiares e pelas rotinas.

Esses princípios reforçam a aprendizagem baseada em rotinas, a centralidade da família como principal agente do desenvolvimento infantil, a definição de resultados funcionais e a atuação profissional pautada em relações colaborativas, culturalmente sensíveis e baseadas em evidências. Tal abordagem redefine o papel do terapeuta ocupacional, exigindo competências relacionais, participativas e reflexivas que vão além do domínio técnico-clínico tradicional através da:

**Aprendizagem integrada ao cotidiano:** Bebês e crianças aprendem melhor por meio de experiências diárias e relações significativas, exigindo intervenção flexível e contextualizada.

**Família como agente central:** Todas as famílias podem promover o desenvolvimento infantil, desde que apoiadas, considerando condições sociais, econômicas e institucionais.

**Apoio ao cuidador:** O profissional fortalece a competência e confiança da família como mediadora do desenvolvimento, em parceria e não de forma diretiva.

**Intervenção dinâmica e individualizada:** O processo deve ser adaptável, culturalmente sensível e contínuo, respondendo às mudanças nas necessidades da criança e da família.

**Resultados funcionais e significativos:** As metas devem ampliar a participação da criança em atividades relevantes, considerando significado, rotina e qualidade de vida.

**Provedor primário apoiado pela equipe:** Um profissional consistente acompanha a família, articulando recursos e suporte, apesar de limitações institucionais e organizacionais.

**Práticas baseadas em evidências e normas:** As intervenções devem ser fundamentadas, avaliadas continuamente e adaptadas criticamente às realidades locais, respeitando legislações vigentes.

Os princípios-chave da Intervenção Precoce descritos por Whipple (2014b) e traduzido para o português brasileiro por Silva (2026) evidenciam um reposicionamento do papel do terapeuta ocupacional, deslocando a intervenção de um modelo médico para um modelo biopsicossocial, realizado em ambientes naturais e inclusivos. Esse deslocamento conceitual estabelece que o desenvolvimento profissional do terapeuta é condição indispensável para a efetivação de práticas recomendadas e centradas na família, dependendo tanto de competências individuais quanto de condições institucionais e políticas adequadas.

O Estudo 2 da tese de Silva (2026), com 11 terapeutas ocupacionais pós-graduados em Intervenção Precoce na Infância, evidencia competências interdisciplinares consistentes, alinhadas a referenciais internacionais da Division for Early Childhood (2023) e de Bruder et al. (2019). Para análise, os dados foram organizados em dois eixos: (1) caracterização sociodemográfica, formativa e profissional, e (2) competências interdisciplinares na prática profissional em IPI.

No Eixo 1, todos os participantes possuíam formação pós-graduada em IPI, o que é relevante, pois a formação inicial isolada não contempla adequadamente competências colaborativas, relacionais e contextuais (Moore, 2011; Carvalho et al., 2016). Formação complementar, experiência

prática, educação continuada e supervisão favorecem a incorporação de princípios centrais do campo, como a centralidade da família, atuação em ambientes naturais e colaboração interprofissional (Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais, 2018; American Occupational Therapy Association, 2016; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2010).

No Eixo 2, emergiram crescentemente quatro competências interdisciplinares centrais: (1) Prática Centrada na Família, operacionalizada de forma concreta nas rotinas familiares, com valorização da escuta ativa, co-construção de metas e reconhecimento do protagonismo familiar; (2) Coordenação e Colaboração Interdisciplinar, manifestada na mediação de processos, participação em reuniões de equipe, discussões de caso e tomada de decisão compartilhada; (3) Prática Baseada em Evidências, associada ao uso de instrumentos validados, integração do conhecimento científico e avaliação contínua das intervenções; (4) Profissionalismo e Ética, expressos pelo compromisso ético, advocacy, respeito às legislações e responsabilidade social, configurando-se como eixo transversal às demais competências (Hagedorn, 2003; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2010; Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais, 2018).

Embora essas competências estejam alinhadas aos referenciais normativos internacionais, sua operacionalização enfrenta barreiras contextuais: fragmentação institucional, limitações de recursos, insuficiência de formação continuada e supervisão, predominância de modelos biomédicos e distanciamento entre normas e prática cotidiana (Marini, 2017; Della Barba, 2018; Silva, Marini & Della Barba, 2022; Vida, Jurdi & Silva, 2024).

Dessa forma, a incorporação efetiva dos princípios da Intervenção Precoce na exige transformações

nos modelos de formação profissional, na organização dos serviços e nas práticas institucionais, especialmente no contexto brasileiro, em que a IPI ainda se configura como um sistema fragmentado, centrado na saúde e em abordagens focalizadas na criança e no déficit (Silva, Marini & Della Barba, 2022).

Nesse cenário, o desenvolvimento profissional do terapeuta ocupacional se constitui como elemento possível para a implementação de práticas mediadoras, colaborativas e contextualizadas, dependentes de condições institucionais que permitam a articulação intersetorial e a efetiva tradução das diretrizes normativas em práticas cotidianas.

### **Considerações Finais**

O ensaio analisou criticamente as competências profissionais do terapeuta ocupacional na Intervenção Precoce na Infância, articulando referenciais teóricos, normativos e evidências empíricas, e problematizando as exigências da prática recomendada e centradas na família frente às condições concretas de atuação no Brasil. Apesar da convergência normativa sobre princípios e competências, sua efetivação depende de fatores institucionais, formativos e organizacionais que extrapolam a atuação individual.

A análise evidencia que a competência em IPI é complexa, dinâmica e situada, envolvendo dimensões relacionais, éticas, colaborativas e contextuais. A centralidade da família, a atuação em ambientes naturais, a colaboração interdisciplinar e a prática baseada em evidências constituem eixos estruturantes, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios para sua operacionalização.

A formação generalista em Terapia Ocupacional é insuficiente para práticas avançadas centradas na família; o desenvolvimento contínuo, por meio de

pós-graduação, supervisão e reflexão crítica, é essencial para consolidar competências relacionadas à mediação familiar, atuação intersetorial e adaptação de referenciais internacionais à realidade local.

No Brasil, lacunas entre o prescrito e o praticado revelam fragilidades estruturais, como fragmentação dos serviços, predominância de modelos biomédicos, escassez de recursos e políticas públicas frágeis, que dificultam a incorporação sistemática de práticas recomendadas e centradas na família.

O ensaio contribui para o fortalecimento da identidade profissional do terapeuta ocupacional em IPI e oferece subsídios para reflexão sobre competências, formação e organização dos serviços, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de pesquisas sobre estratégias formativas, arranjos institucionais e políticas públicas capazes de sustentar práticas efetivamente centradas na família.

Conclui-se que o desenvolvimento profissional na IPI é estratégico para a qualificação das práticas, exigindo articulação entre teoria, normativas, experiência e condições concretas de trabalho. A competência profissional se constrói na interseção entre saberes, relações e contextos, e não apenas na adesão formal a diretrizes normativas.

#### **Agradecimento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Código de Financiamento 88887.827536/2023-00.

#### **4. Referencias**

- American Occupational Therapy Association. (2010a). AOTA practice advisory on occupational therapy in early intervention. [https://www.aota.org/~media/Corporate/Files/Advocacy/State/Resources/State-FactSheets/AOTA%20Practice%20Advisory%20on%20OT%20in%20EI%20Fi-nal%20Draft%20cw%20\\_3\\_.ashx](https://www.aota.org/~media/Corporate/Files/Advocacy/State/Resources/State-FactSheets/AOTA%20Practice%20Advisory%20on%20OT%20in%20EI%20Fi-nal%20Draft%20cw%20_3_.ashx)
- American Occupational Therapy Association. (2010b). Standards of practice for occupational therapy. *American Journal of Occupational Therapy*, 64(Suppl. 6), S106–S111. <https://doi.org/10.5014/ajot.2010.64S106>
- American Occupational Therapy Association. (2014a). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Suppl. 1), S1–S48. <https://doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>
- American Occupational Therapy Association. (2014b). Role of occupational therapy with infants, toddlers, and families in early intervention [PowerPoint slides]. <https://www.aota.org/-/media/Corporate/Files/Secure/Practice/Children/EI.pdf>
- American Occupational Therapy Association. (2016). Guidelines for occupational therapy services in early intervention and schools. <https://www.aota.org/practice/practice-settings/schools-early-intervention-community-education/early-intervention>

- American Occupational Therapy Association. (2020). Occupational therapy practice framework: Domain and process (4th ed.). *American Journal of Occupational Therapy*, 74(Suppl. 2), 7412410010p1–7412410010p87. <https://doi.org/10.5014/ajot.2020.74S2001>
- Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais. (2018). Competências do terapeuta ocupacional. <https://www.ap-to.pt/documentos-de-interesse/>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (229 p.). Edições 70.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative*
- Bruder, M. B., et al. (2019). Finding a common lens: Competencies across professional disciplines providing early childhood intervention. *Infants & Young Children*, 32(4), 280–293. <https://doi.org/10.1097/IYC.000000000000153>
- Brito, A. T., Brandão, T., & Azevedo, N. (2015, June). Formação superior em intervenção precoce na infância em Portugal: Estado da arte e a arte do Estado. Paper presented at the Colóquio Internacional Psicologia e Educação: Diversidade e Educação – Desafios atuais, ISPA – Instituto Universitário, Lisbon, Portugal.
- Carpenter, B. (2007). The impetus for family-centred early childhood intervention. *Child: Care, Health and Development*, 33(6), 664–669. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2007.00727.x>
- Carvalho, L., et al. (2016). Práticas recomendadas em intervenção precoce na infância: Um guia para profissionais. Associação Nacional de Intervenção Precoce.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Eds.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Vozes.
- Cueto, A. P. M., et al. (2022). Modelos de intervenção na primeira infância centrados na família e a atualidade no mundo. In M. F. Jaramillo & M. Grácia (Eds.), *Hacia la adopción de prácticas centradas en la familia en América Latina*. Universidad Casa Grande.
- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. (2010). Resolução nº 383, de 22 de dezembro de 2010: Dispõe sobre as competências do terapeuta ocupacional nos contextos sociais. *Diário Oficial da União*. <https://www.coffito.gov.br>
- Della Barba, P. C. S. (2018). Intervenção precoce no Brasil e a prática dos terapeutas ocupacionais. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 2(4), 848–861. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto14809>
- Della Barba, P. C. S. (2020). Intervenção de terapia ocupacional centrada na família. In L. I. Pfeifer & M. M. M. Sant’Anna (Eds.), *Terapia ocupacional na infância: Procedimentos na prática clínica* (pp. 172–189). Memnon.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. Atlas.
- Division for Early Childhood. (2020). Initial practice-based professional preparation standards for early interventionists/early childhood special educators. [https://www.dec-sped.org/\\_files/ugd/95f212\\_4d9c51a4b6e54e67a2ba1df3541903da.pdf](https://www.dec-sped.org/_files/ugd/95f212_4d9c51a4b6e54e67a2ba1df3541903da.pdf)
- Division for Early Childhood. (2024). Padrões iniciais de formação profissional baseados na prática para a intervenção precoce e educadores especiais da primeira infância (IPI/EEPI): Do nascimento aos 8 anos

(M. I. A. F. da Silva & P. C. de S. D. Barba, Trads.). UFSCar. (Obra original publicada em 2020). <https://divisionearlychildhood.egnyte.com/dl/fQKK7HTT8wDr>

Edwards, M. A., Millard, P., Praskac, L. A., & Wisniewski, P. A. (2003). Occupational therapy and early intervention: A family-centred approach. *Occupational Therapy International*, 10(4), 239–252. <https://doi.org/10.1002/oti.188>

Division for Early Childhood of the Council for Exceptional Children. (2023). Cross-disciplinary competencies for personnel in early childhood intervention and early childhood special education. <https://ecpcta.org/cross-disciplinary-competencies/>

Gomes, M. D., Teixeira, L., & Ribeiro, J. (2021). Enquadramento da prática da terapia ocupacional: domínio & processo. Leiria: Politécnico de Leiria.

Grupo de Atención Temprana. (2005). Libro blanco de la atención temprana (3rd ed.). Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalía.

Guralnick, M. J. (2001). A developmental systems model for early intervention. *Infants & Young Children*, 14(2), 1–18.

Hagedorn, R. (2003). Fundamentos para a prática da terapia ocupacional (3ª ed., trad. Vagner Raso). Roca.

Jaramillo, M. F., & Grácia, M. (Eds.). (2022). Hacia la adopción de prácticas centradas en la familia en América Latina. Universidad Casa Grande.

Le Boterf, G. (2002). De quel concept de compétence avons-nous besoin? *Soins Cadres*, (41).

Marini, B. P. R. (2017). As práticas de intervenção precoce no estado de São Paulo (Master's Thesis, Universidade Federal de São Carlos). <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8832>

Marini, B. P. R., & Della Barba, P. C. S. (2020). Práticas e desafios para a terapia ocupacional no contexto da intervenção precoce. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 31, 17–23.

McWilliam, R. A. (2010). *Routines-based early intervention: Supporting young children and their families*. Paul H. Brookes.

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14th ed.). Hucitec.

Moore, T. (2011). Early childhood intervention reform project: Executive summary—Revised literature review. Department of Education and Early Childhood Development.

Oliveira, M. L. V., et al. (2020). Guia de intervenção precoce como recurso terapêutico ocupacional. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*.

Oswald, R. (2009). Definindo a competência 2. Moityca Eficiência Empresarial Ltda.

Rozek, M., & Serrano, A. M. (2020). Intervenção precoce na infância centrada na família: Práticas e pesquisa. *Educação*, 43(1), e37015. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.1.37015>

Silva, M. I. A. F. da. (2022). Intervenção precoce na infância: Revisão de literatura no contexto brasileiro (Master's thesis, Universidade Federal de São Carlos).

- Silva, M. I. A. F. da, Marini, B. P. R.,; Della Barba, P. C. S. (2022). Políticas públicas para a infância e intervenção precoce no Brasil. *Temas em Educação e Saúde*, 18, e022014. <https://doi.org/10.26673/tes.v18i00.1680>
- Silva, M. I. A. F. da. (2026). Perfil de competências interdisciplinares profissionais em práticas recomendadas na intervenção precoce na infância (Doctoral dissertation, Universidade Federal de São Carlos).
- Silva, T. H. C., et al. (2020). Ambulatório de desenvolvimento infantil: Contribuição da terapia ocupacional na intervenção precoce interdisciplinar. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*.
- United States of America. (2004a). Individuals with Disabilities Education Act (IDEA), Public Law 108-446.
- United States of America. (2004b). Individuals with Disabilities Education Act (IDEA): Part B—Assistance for education of all children with disabilities; Part C—Infants and toddlers with disabilities (Public Law 108-446).
- Vida, C. P. da C., Jurdi, A. P. S., & Silva, C. C. B. da. (2024). Elaboração e desenvolvimento de uma formação em práticas centradas na família em intervenção precoce na infância. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 10, e9548, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-262>.
- Whipple, W. (2014). Key principles of early intervention and effective practices in natural environments: A crosswalk with occupational therapy literature. American Occupational Therapy Association.



Competências profissionais do Terapeuta Ocupacional na In-ter-  
venção Precoce na Infância: Diretrizes e Práticas Recomen-dadas. ©  
2025 by Maria Izabel Alves Felix da Silva is licensed under [CC BY-NC-SA](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

[4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)